

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Edifício dos Paços do Duque de Bragança
Largo de Camões – 5400 Chaves

Tel: 276340500
Fax: 276327724

CERTIDÃO

FRANCISCO ANTÓNIO ALMEIDA VIEGAS Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves.-----

CERTIFICA, que a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão ordinária, no dia 25 de fevereiro de 2015, aprovou com 66 votos a favor, zero abstenções e 11 votos contra. *Votaram contra: Nuno Vaz Ribeiro, Nuno André M. Coelho Chaves, Gisela Maria Espírito Santo, Anselmo José Martins José António Trindade Mendes, Maria da Conceição Martins, António Manuel Pires Almeida, Fátima Liliانا Fontes Correia, Brígide Raquel Bazenga V. T. Gonçalves do PS; Maria Zélia Valoura do CDS/PP e Manuel Justino Matos Cunha da CDU. Todos os restantes votaram a favor,* o **Ponto 10** da Ordem de Trabalhos: **PROJETO DE PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DA SOCIEDADE MARC, SA. - APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 11/GAP/2015.** -----

Mais certifica que a ata referente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, foi aprovada em minuta para seguimento imediato. -----

Por ser verdade se passa a presente certidão que vou assinar e autenticar com o carimbo a óleo existente nesta Assembleia Municipal. -----

Gabinete da Assembleia Municipal de Chaves 26 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


(Francisco António Almeida Viegas)





**MUNICÍPIO DE CHAVES
CÂMARA MUNICIPAL**

Despacho Execute-se a presente deliberação

a(o) ASSEMBLEIA MUNICIPAL
(Unidade orgânica)

Chaves 13/02/15

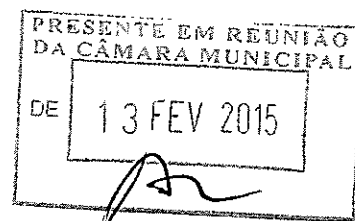
Assinatura _____

MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

Gabinete de Apoio ao Presidente



Proposta n.º 11/GAP/2015

Assunto: Projeto de Plano de Internalização da Sociedade MARC, SA.

- Aprovação Administrativa pelos Órgãos Municipais.

I - INTRODUÇÃO e FUNDAMENTAÇÃO

- Considerando a necessidade de dar seguimento à Proposta n.º 122/GAPV/2012, em anexo (anexo I), a qual se dá aqui por reproduzida, que mereceu aprovação em reunião de Câmara e sessão da Assembleia Municipal de 17 e 28 de dezembro de 2012, respetivamente;
- Considerando que, na sequência da mesma proposta e do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em 23 de maio de 2014, os acionistas da MARC deliberaram em assembleia geral a dissolução da sociedade (anexo II);
- Considerando que, nos termos do n.º 2.º do art.º 61.º compete aos órgãos municipais a deliberação de internalização e respetivos termos;
- Considerando que, como modalidade para a dissolução/liquidação da MARC optou-se, conforme Proposta n.º 122/GAPV/2012, pela forma de transmissão global de todo o património (ativo e passivo), durante ou após a liquidação nos precisos termos previstos neste projeto, para o Município de Chaves, para o qual será, ainda, transferida toda a atividade da MARC, acompanhada de todos os equipamentos, imóveis e direitos sobre imóveis afetos à atividade da sociedade;
- Considerando que a transmissão global, por implicar a internalização das atividades da MARC, deverá ser, nos termos previstos no n.º 12 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhada do respetivo plano, que constitui o ANEXO VI da presente proposta.

Assim,

II – PRESSUPOSTOS LEGAIS ENQUADRADORES DO PROCEDIMENTO DE DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DA MARC, SA.



MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

1. PRAZO DA LIQUIDAÇÃO

A liquidação terá lugar a 31 de maio de 2014, conforme deliberação em assembleia geral de acionistas da MARC de 23 de maio de 2014, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 150.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

2. OPERAÇÕES PRELIMINARES DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Foram, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 149.º do CSC, organizados e aprovados documentos de prestação de contas da sociedade, reportados à data da dissolução.

Anexa-se (anexo III) as contas de dissolução da MARC, referentes a 31/05/2014, aprovadas em Assembleia Geral a 25/07/2014 remetidas ao Município através de ofício da mesma data.

3. PESSOAL/TRABALHADORES

Da internalização no Município das atividades da MARC não resulta a necessidade de cedência, ao Município, de trabalhadores porquanto as aludidas atividades serão prosseguidas por trabalhadores atualmente no Município.

4. ATIVO

4.1. Por efeito da dissolução, serão adjudicados, ao Município, todos os ativos da sociedade à exceção de créditos e outros valores que possam eventualmente ser extintos por efeito de operações de liquidação realizadas pelo liquidatário.

4.2. De qualquer forma, ficará sempre garantida a transmissão, para o Município de Chaves, de todos os bens do ativo (imóveis, direitos sobre imóveis, equipamentos, créditos e outros direitos) que estejam afetos à prossecução da atividade da MARC, pelo que fica vedada, ao liquidatário, a realização de qualquer operação de liquidação que envolva estes bens, à exceção da outorga da escritura pública de transmissão para o Município dos direitos sobre os referidos imóveis e de todos os atos necessários à transmissão para o Município dos referidos bens e direitos.



MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

4.3. Para cumprimento do objetivo definido no parágrafo anterior, a transmissão dos referidos ativos afetos à atividade da MARC, efetuar-se-á com a aprovação do relatório final da liquidação, nos termos do qual serão os mesmos adjudicados ao Município de Chaves.

5. PASSIVO

5.1. Por efeito da dissolução será adjudicado ao Município de Chaves todo o passivo da sociedade à exceção dos débitos que possam eventualmente ser extintos por efeito de operações de liquidação realizadas pelo liquidatário.

5.2. Será transmitido ao Município de Chaves o empréstimo a médio-longo/Prazo com o Millenium BCP operado através de contrato de transmissão singular de dívida ao abrigo do artigo 581.º e seguintes do Código Civil, no âmbito do qual se transmite ao Município, que a aceita, com autorização expressa do BCP, banco credor, a dívida para si emergente do financiamento em curso na MARC.

5.3. Nos termos do art.º 65.º-A aditado à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo art.º 51.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não prejudica a assunção da dívida da empresa local, no caso de integração ou internalização da respetiva atividade.

5.4. Acrescenta o n.º 2 do mesmo artigo que, caso a integração ou internalização da atividade cause a ultrapassagem do limite de dívida referido no ponto anterior, o Município fica obrigado ao cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

6. CONTENCIOSO

6.1. Será transferida para o Município de Chaves, a totalidade dos créditos em contencioso cujos processos, declarativos ou executivos, não tenham sido concluídos, no decurso da liquidação, com a efetiva cobrança dos créditos, desistência ou transação, bem como aqueles que possam ser instaurados após a presente data.

6.2. Será transferida, para o Município de Chaves, a totalidade das



MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

responsabilidades em contencioso cujos processos, declarativos ou executivos, não tenham sido concluídos, no decurso da liquidação.

6.3. Uma vez adjudicados, ao Município de Chaves, os créditos contidos em processos judiciais em curso, este, como novo titular do direito ao crédito reclamado, deverá requerer a sua habilitação junto de cada processo pendente ou que já instaurados não tenha ocorrido ainda a citação.

6.4. Relativamente às dívidas litigiosas o liquidatário deve acautelar os eventuais direitos do credor por meio de caução prestada nos termos previstos no Código de Processo Civil.

7. CONTRATOS EM VIGOR

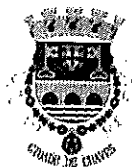
Considerando que, com a dissolução da sociedade, determina-se a transmissão global de todo o património (ativo e passivo), durante ou após a liquidação, nos exatos termos previstos neste projeto, para o Município de Chaves, para o qual será, ainda, transferida toda a atividade da MARC, deverá o Liquidatário, no decurso da liquidação, gerir todos os contratos em vigor, por forma a: i) transferir para o Município a posição contratual da MARC em todos os contratos cujos objetos sejam do interesse para a prossecução da atividade transmitida; ii) rescindir todos os contratos que, não se enquadrando na alínea anterior, também não sejam necessários no período de liquidação e iii) gerir, até final, os contratos que, sendo necessários no período de liquidação, em relação aos quais possa ser invocada a sua caducidade durante tal período.

8. IMPACTO FISCAL

Os efeitos da dissolução e das operações decorrentes da liquidação poderão conduzir à verificação de diversos atos tributários de impacto fiscal variável, que importa prever e acautelar. Assim, no caso da dissolução e liquidação prevista para a MARC, temos:

a) IMT/IMPOSTO DO SELO

A transmissão do imóvel correspondente ao mercado para a esfera jurídica do



Ar

MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

Município de Chaves, por efeitos da adjudicação na liquidação da "MARC", está sujeita a tributação em sede de IMT e de Imposto do Selo, de cujo pagamento, porém, o Município estaria desde logo isento, nos termos da alínea a) do artigo 6.º dos respetivos Códigos.

Acresce, porém, no caso vertente, que sendo tal aquisição pelo Município, efetuada no âmbito da transmissão de um património suscetível de constituir um ramo de atividade independente, não será, para efeitos tributários e com as devidas consequências, considerada uma transmissão, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 3.º do CIVA, como adiante referido relativamente ao IVA.

b) MAIS VALIAS

O valor do imóvel tem, nas contas de liquidação, um valor líquido contabilístico de 5.138.038,70 € (cinco milhões, cento e trinta e oito mil euros e setenta centimos).

O prédio será adjudicado ao Município, no processo de liquidação da MARC, em resultado da transmissão global, cujo valor não deverá ser inferior ao valor patrimonial tributário.

c) IVA

A dissolução da sociedade MARC será efetuada na modalidade da adjudicação de todos os ativos e passivos para o Município de Chaves, destacando-se a efetiva transferência da sua atividade.

Nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do CIVA *"não são consideradas transmissões a título oneroso ou gratuito do estabelecimento comercial, da totalidade de um património ou de uma parte dele, que seja suscetível de constituir um ramo de atividade independente, quando, em qualquer dos casos, o adquirente seja, ou venha a ser, pelo facto da aquisição, um sujeito passivo do imposto de entre os referidos na al. a) do n.º 1 do artigo 2.º."*

Por outro lado, o Município, que já é um sujeito misto de IVA, irá afetar os estabelecimentos que integram a atual atividade da MARC ao sector que confere direito à dedução do IVA.

Nessa medida, e tendo em consideração o disposto no n.º 4 do artigo 3.º do CIVA, ficará esta transmissão, para o Município, do imóvel afeto à atividade da MARC abrangida pela norma de delimitação negativa da incidência prevista no referido n.º 4



MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

do artigo 3.º do CIVA e, deste modo, não haverá que proceder às regularizações a que alude o n.º 5 do artigo 24.º do mesmo Código, por se considerar que o imóvel continua afeto ao mesmo fim empresarial que tinha antes da transmissão e na medida em que o adquirente é, ou passa a ser, sujeito passivo do imposto por essa atividade.

Acresce referir que, para que sejam indiscutivelmente cumpridos os pressupostos e requisitos do n.º 4 do artigo 3.º do CIVA, é imperativo que se mostrem reunidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- i. Cessão a título oneroso ou gratuito;
- ii. Do estabelecimento comercial ou industrial, ou da totalidade de um património (uma unidade económica complexa – universalidade de facto ou de direito – englobando a cedência dos elementos corpóreos e incorpóreos) ou de uma parte dele;
- iii. Que seja suscetível de constituir um ramo de atividade independente;
- iv. Devendo o adquirente ser, ou tornar-se, por via da aquisição, um sujeito passivo do imposto.

III – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO

1. Face ao que precede, na sequência da deliberação de dissolução da assembleia geral de acionistas do MARC de 23 de maio de 2014 e, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de 17 e 28 de dezembro de 2012, respetivamente, proponho:

- A. Que a Câmara Municipal adote deliberação consubstanciada na aprovação dos termos da transmissão global supra sintetizados bem como o plano de internalização anexo, tudo no âmbito do procedimento legal de dissolução da empresa MARC, SA;
- B. Em caso afirmativo, deverá, a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o mês em curso, em vista ao seu ulterior e legal sancionamento administrativo, por parte do aludido órgão deliberativo municipal;
- C. No estrito cumprimento do disposto no nº3, do Artigo 61º, da Lei nº 50/2012,



MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

de 31 de agosto, as deliberações que vierem a ser tomadas sobre o presente assunto, nos termos anteriormente sugeridos, deverão ser comunicadas, no prazo de 15 dias, à Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção-Geral de Finanças, incluindo o plano de internalização constante do Anexo VI;

D. Por último, em vista à adequada operacionalização da presente proposta, mais se propõe a aprovação da minuta anexa (Anexo IV) relativa ao contrato de transmissão singular de dívida ao abrigo do artigo 581.º e seguintes do Código Civil, no âmbito do qual se transmite ao Município o empréstimo de médio e longo prazo;

E. O referido contrato, depois de aprovado pelos órgãos administrativos da autarquia (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), e outorgado pelo Presidente da Câmara Municipal, deverá ser submetido, nos termos legais, ao procedimento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas para obtenção de visto.

2. Para efeitos do disposto na parte final do n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro anexa-se (anexo V) a Ficha do Município relativa ao 4.º trimestre de 2014.

Chaves, 10 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Cândido Monteiro Cabelreira

Em anexo:

Anexo I:

- Deliberação Camararia de 17/12/2012;
- Deliberação da Assembleia Municipal de 27/12/2012;

Anexo II:

- Deliberação da Assembleia Geral da MARC de 23/05/2014;

Anexo III:

- Contas da dissolução da MARC, SA;
- Demonstrações financeiras/2014;



m.

MUNICÍPIO DE CHAVES

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 501 205 551

- Certificação legal das contas e relatório e parecer do fiscal único;

Anexo IV:

- Contrato de transmissão de dívida da MARC para o Município de Chaves (Minuta);

Anexo V:

- Ficha do Município relativa ao 4º Trimestre de 2014, nos termos do disposto na parte final do n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Anexo VI:

- Plano de Internalização

Anexo I - Proposta n.º 122/GAPV/2012 e certidões das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de 17 e 28 de dezembro de 2012, respetivamente

Descrição	ANTERIOR	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	ACUMULADO
Transferências ou subsídios com origem OF	1.134.203,40	1.110.672,50	1.110.672,50	1.110.672,50	4.466.220,90
Receita efetiva própria					789.326,55
Receita extraordinária (a abater)					
Previsão da receita efetiva própria					
Produto de empréstimos					
Transferências do QREN					
Correções por recebimento efetivo	772.689,42	145.642,37			918.331,79
Recebimentos em atraso integrados	-32.410,50				-32.410,50
em plano de liq. do devedor					
Fundos Disponíveis-Subtotal - Atual	2.663.808,87	2.497.539,03	2.411.426,01	14.132.956,16	21.705.730,07
Comp. Assum. em Reportes Anteriores	16.958.594,78				16.958.594,78
Comp. Assum. no Reporte Atual					883.606,07
Pagamentos em reportes anteriores	2.070.441,48				2.070.441,48
Pagamentos no reporte atual	2.070.441,48				2.070.441,48
Compromissos por pagar-Rep. Atual	-2.070.441,48	-114.196,50	13.622,45	866.684,76	-1.304.330,77
Fundos Disponíveis-Início		4.747.135,29			4.747.135,29
Fundos Disponíveis-Atual		3.863.529,22			3.863.529,22

20/02/12

LS

✓

Nº 27 - Reunião Ordinária Pública
da Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 17 de dezembro
de 2012. -----

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária pública da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanhêira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Dra. Ana Maria Rodrigues Coelho e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de doze de dezembro do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSENCIA DO SENHOR VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA DR. JOSE FERNANDO CARVALHO MONTANHA, DA REUNIÃO DO ORGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 26.11.2012. -----

O Senhor Vereador do Partido Socialista Dr. José Fernando Carvalho Montanha, não esteve presente na reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar, no gozo de período de Férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - ANALISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. PLANO DE PORMENOR DA FONTE DOP LEITE. CONTRATO DE URBANIZAÇÃO. DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PUBLICO. ATO DECLARATIVO. PROPOSTA N 126/GAPV/12 -----

2. CONSTRUÇÃO DE PARQUE ESTACIONAMENTO NO QUARTEIRAO DA ADEGA REGIONAL DO FAUSTINO - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSOES -----

3. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 127/GAPV/12. -----

1. APROVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013 E PARECER DO FISCAL ÚNICO. OFÍCIO GEMC, EM/12. ----
 Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: ----
 "Em conformidade com a alínea d), do n.º 4, do artigo 16º dos estatutos da Empresa Municipal, vimos pelo presente propor, à consideração do excelentíssimo Executivo camarário a aprovação dos Instrumento de Gestão Previsional e Parecer do Fiscal único, para o ano económico de 2013, documentos que enviamos em anexo. ----
 Mais se informa que estes documentos foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de Novembro de 2012, tendo ainda obtido parecer favorável do Conselho Geral, que reuniu no dia 13 de Dezembro de 2012. ----
 Com os melhores cumprimentos. ----
 O Assessor do Conselho de Administração ----
 (Dr. Manuel Alberto Magalhães)" ----
 DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.12.13. ----
 À reunião de câmara. ----
 DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. ----

2. DISSOLUÇÃO DA EMPRESA "MARC. SA.", POR FORÇA DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 62º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; ----
 - INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS; - ARTIGO 65º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. PROPOSTA N.º 122/GAPV/2012 ----
 Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. ----
 I - Antecedentes ----
 a) Da constituição da empresa ----
 2. A Sociedade "MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A." ²⁶, é uma sociedade anónima, constituída por tempo indeterminado, em 24 de Setembro de 2002, e cujo objeto social se traduz na construção, gestão e exploração de um mercado abastecedor de interesse público, o qual se destina ao comércio de produtos alimentares e à prossecução de outras atividades complementares ou subsidiárias, designadamente o desenvolvimento de atividades de logística e de apoio ao desenvolvimento agrícola regional. ----
 3. Sendo certo que a retrocitada sociedade foi constituída por tempo indeterminado, com um capital social no valor de €600.000,00, representado por 120.000 ações nominativas, com um valor nominal de €5,00, distribuído, da seguinte forma: ----
 - SIMAB, SA - 58%; ----
 - CMC - 38% ----
 - AMAT - 2% ----
 - ACISAT - 1% ----
 - ADRAT - 1% ----
 b) Da alteração da distribuição do capital social. ----
 1. Da análise da evolução da vida da empresa, verificaram-se alterações ao nível da distribuição do respetivo capital social. ---

²⁶ Adiante designado, abreviadamente, por MARC. SA. ----

2. A 30 de Agosto de 2005, a SIMAB, S.A., vendeu 63.600 ações ao Município e 6.000 ações à Cooperativa Agrícola Norte Transmontana, ficando a distribuição do capital social configurada nos seguintes termos: -----

- Município de Chaves - 91%; -----
- Cooperativa Agrícola Norte Transmontana - 5%; -----
- Associação de Municípios do Alto Tâmega - 2%; -----
- Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega - 1%; -----
- Associação Empresarial do Alto Tâmega - ACISAT - 1%; -----

4. Na sequência de deliberação tomada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão realizada no dia 17/12/2008, as ações detida pelo Município de Chaves foram transmitidas para a Associação sem fins lucrativos "Flavifomento", passando o capital da empresa a estar distribuída da seguinte forma: -----

- Flavifomento - 91%; -----
- Cooperativa Agrícola Norte Transmontana - 5%; -----
- Associação de Municípios do Alto Tâmega - 2%; -----
- Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega - 1%; -----
- Associação Empresarial do Alto Tâmega - ACISAT - 1%; -----

5. Esta configuração manteve-se até à presente data. -----

II - Do estatuto legal da empresa e seu enquadramento face ao novo regime legal do setor empresarial local -----

a) Da influência dominante direta do Município -----

1. Com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma legal que veio estabelecer o novo regime jurídico do sector empresarial local, e revogou a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, são consideradas empresas municipais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação de um dos seguintes requisitos: -----

- a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; -----
- b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização; -----
- c) Qualquer outra forma de controlo de gestão. -----

2. Ora, a sociedade denominada "MARC, SA", é uma sociedade constituída sob a forma anónima nos termos da Lei Comercial, durante a vigência da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto. -----

3. Sendo certo que o seu capital social se encontra, maioritariamente, detido pela "Flavifomento". -----

4. Ora, o Município de Chaves não figura como acionista da empresa, tal como não se regista a participação de qualquer outra entidade pública participante -----

5. Partindo destas premissas, e sob o ponto de vista do controlo direto, a sociedade em causa foge, aparentemente, do figurino de empresa local, contemplado e regulado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

6. Contudo, importa aqui analisar a posição do Município de Chaves na Associação "Flavifomento", por forma a concluir, inequivocamente, que não existe qualquer tipo de controlo indireto. -----

b) Da influência dominante indireta do Município -----

No pretérito dia 28 de Fevereiro de 2008, veio a ser constituída, através de escritura outorgada no Cartório Privativo do Município do Concelho de Chaves, no Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º 77, de fls. 74 a 76, a Associação sem fins lucrativos denominada "Flavifomento - Associação para o fomento e desenvolvimento sustentável do Município de Chaves"; -----

1. A associação acima identificada tem como sócios fundadores e efetivos o Município do Concelho de Chaves e a "Acisat - Associação empresarial do Alto Tâmega".

2. Sendo certo que com a constituição da "Flavifomento" cada associado contribuiu com unidades de participação, cada uma correspondendo a mil euros, tendo o Município de Chaves contribuído inicialmente com 5 unidades de participação e a Acisat com uma unidade de participação.

3. De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 15º, dos Estatutos da Associação em vigor, cada associado efetivo dispõe de tantos votos quantas unidades de participação de que for detentor.

4. Ou seja, o Município de Chaves detém maioria de votos na associação "Flavifomento", a qual, por sua vez, controla, de forma inequívoca, a sociedade "MARC, SA."

5. Verifica-se, portanto, um controlo indireto do Município de Chaves na gestão da sociedade em causa.

6. Assim, julgamos, salvo melhor opinião, que tal situação preenche o requisito previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 12º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, traduzido, expressamente, em "qualquer outra forma de controlo de gestão", pelo que a sociedade deve ser caracterizada como empresa local e, como tal, sujeita ao regime previsto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

III - Do dever de dissolução da Empresa

1. Atendendo ao disposto no artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, são causas, diretas e indiretas, determinadoras da dissolução de empresas locais ou, em alternativa, da alienação integral das participações detidas pelas entidades públicas nas mesmas, as seguintes:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

2. Ora, de acordo com as informações prestadas pela Divisão de Gestão Financeira desta Autarquia local, a empresa em causa encontra-se em situação que impõe a sua dissolução, pelo que o Município deverá dar início ao respetivo procedimento.

IV - Dos procedimentos tendentes à dissolução da empresa

1. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece que a deliberação administrativa que determine a dissolução da empresa que se encontre numas das situações previstas no seu artigo 62º, deve ser tomada no prazo de seis meses a contar da data da verificação de tal facto.

2. Ora, por força do disposto no n.º 4, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a dissolução das empresas locais obedece ao regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março.

3. Nos termos do artigo 4º, do retrocitado regime legal, o procedimento administrativo de dissolução tem um início voluntário, não obstante ser de cumprimento obrigatório.

4. Uma vez dissolvida, a empresa local entra imediatamente em liquidação, por força do disposto nos artigos 146º e seguintes, do Código das Sociedades Comerciais. -----

5. Se a situação económico-financeira da empresa for positiva, as dívidas são pagas e o ativo partilhado entre os sócios. -----

6. Se a empresa não tiver meios de pagar todas as suas dívidas, em princípio, haverá lugar ao pedido de declaração de insolvência e, por consequência, à aplicação do processo previsto no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas -----

7. Sobre esta matéria, importa, ainda, enunciar as considerações formuladas por Pedro Costa Gonçalves e que a seguir se reproduzem: -

" (...) apesar de não existir um fundamento legal explícito para a configuração de uma responsabilidade subsidiária das entidades públicas participantes, entende-se que estas entidades devem assumir uma responsabilidade última perante terceiros por dívidas das empresas locais, depois de excutido o património destas."²⁷ -----

8. Perfilhamos tal entendimento. -----

9. Assim, julgamos, salvo melhor opinião, que se o património da empresa não for suficiente para liquidar todas as dívidas da mesma, então tais dívidas deverão ser assumidas pelo Município. -----

10. Tanto mais que, e subscrevendo, mais uma vez, as palavras do ilustre autor, o incumprimento do dever de transferência previsto no artigo 40º, da Lei n.º 50/2012, de 21 de agosto, tem como consequência a imputação do endividamento líquido das empresas locais às contas das entidades públicas participantes, o que indicia, desde logo, a existência de uma responsabilidade acrescida e subsidiária do Município em relação à vida da empresa local, divergindo, tal relação, do modelo clássico de relações entre os sócios e uma sociedade de responsabilidade limitada. -----

11. Ora, tal desiderato, dado que implicará, consequentemente, a assunção de encargos financeiros, deverá observar o regime previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que "Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas", bem como ser submetida ao visto prévio do tribunal de contas. -----

12. Dever-se-á, igualmente, proceder à previsão de tais encargos nos instrumentos de previsão financeira do Município de Chaves. ---

13. Tal raciocínio ganha ainda mais força nos casos em que a dissolução da empresa é acompanhada de processo de internalização, nos serviços municipais, da atividade que vinha a ser desenvolvida pela mesma. -----

V - Da Internalização dos serviços -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a obrigação de dissolução da empresa, não prejudica a aplicação dos regimes previstos nos artigos 63.º a 65.º, da mesma Lei, devendo, nesses casos, respeitar-se igualmente o prazo de seis meses. -----

2. Ou seja, a dissolução da empresa poderá ser substituída ou acompanhada, respetivamente, de um processo consubstanciado em: ----

- a) Transformação da Empresa;
- b) Integração e Fusão da Empresa; -----
- c) Internalização; -----
- d) Alienação das Participações Sociais. -----

²⁷ "Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local", Pedro Costa Gonçalves, 2012 - Almedina - (Ver nota 109.4, página 286). -----

3. Refira-se, desde já, que se entende por internalização, o processo tendente à integração dos serviços desenvolvidos pela empresa a extinguir nos serviços das respectivas entidades públicas participantes, conforme decorre do artigo 65º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

4. Ou seja, o processo pelo qual as atividades que se encontravam a ser exercidas pela empresa passam a ser realizadas internamente pela entidade pública participante. -----

5. Atenda-se, contudo, que, por força do disposto no n.º 12, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a deliberação de dissolução da empresa local que implique a integração ou a internalização de quaisquer atividades é acompanhada do respetivo plano, o qual deve incluir os seguintes elementos: -----

a) Definição das atividades a integrar ou a internalizar; -----
b) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias; -----

c) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que «Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas». -----

VI - Dos trabalhadores da empresa -----

1. Considerando que a extinção da empresa implica a cessação de atividades por parte da mesma, importa, aqui, analisar a situação jurídico-laboral dos trabalhadores que, na presente data, a ela se encontram afetos funcionalmente. -----

2. Sobre esta matéria, os n.ºs 5 a 11, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apontam algumas soluções, as quais importa analisar. -----

3. O n.º 5, da retrocitada disposição legal, determina que ao pessoal em efetividade de funções nas empresas locais que incorram numa das situações previstas no n.º 1, do mesmo artigo, que não se encontre ao abrigo de instrumentos de mobilidade previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplica-se o regime do contrato de trabalho. -----

4. Contudo, o n.º 6, prevê que as empresas em processo de liquidação podem ceder às entidades públicas participantes os seus trabalhadores contratados, ao abrigo do regime de cedência de interesse pública, na exata medida em que estes se encontrem afetos e sejam necessários ao cumprimento das atividades objeto de integração ou internalização. -----

5. Sobre a retrocitada norma jurídica, importa, desde logo, tecer dois comentários: -----

i) A cedência de interesse público encontra regulação no artigo 58º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, sendo que, no caso individual e concreto, reveste a modalidade de cedência de uma entidade não abrangida por tal diploma legal, para uma entidade abrangida pelo âmbito de aplicação subjetiva da mesma. -----

Nos termos do n.º 13, do artigo 58º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nestes casos, a cedência apenas poderá ter a duração máxima de um ano; -----

ii) Como se retira do elemento textual da norma, esta opção apenas estará disponível nos casos em que, paralelamente ao processo de extinção, ocorra um processo de transformação ou de internalização,

Sendo certo que apenas nesses casos fará sentido a aplicação de tal opção, uma vez que ocorrendo apenas o processo de extinção a atividade da empresa desaparece. -----

6. Os acordos acima referidos devem ser celebrados no prazo máximo de seis meses após a deliberação de dissolução da empresa local. ---

7. Enquanto decorrer o procedimento de dissolução e de liquidação, os trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, que se encontrem na situação de cedência referida supra, podem candidatar-se aos procedimentos concursais exclusivamente destinados a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e que sejam abertos pelo Município. -----

8. Atenda-se que se em relação à possibilidade de cedência dos trabalhadores da empresa ao Município, as retrocitadas disposições legais não fazem qualquer distinção entre trabalhadores com contrato a termo e por tempo indeterminado, a possibilidade de se candidatarem a procedimentos concursais fica aberta unicamente a estes últimos, e desde que os procedimentos concursais tenham como objeto a ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividade que o trabalhador cedido se encontra a executar, na exata medida do âmbito de integração ou internalização e sejam abertos no prazo de 12 meses a contar da data do acordo de cedência de interesse público, por força do disposto no n.º 9, do artigo 62, da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

VII - Da iniciativa do procedimento de dissolução -----

1. De acordo com o disposto no artigo 4º, do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, a iniciativa do procedimento tendente à dissolução de uma empresa compete à entidade comercial, aos membros da entidade comercial, aos respetivos sucessores, aos credores das entidades comerciais e aos credores de sócios e cooperadores de responsabilidade ilimitada, os quais devem apresentar requerimento no serviço de registo competente, nas situações em que a lei o permita. -----

2. Ora, como se viu, não obstante o controlo indireto do Município de Chaves sobre a gestão da empresa em causa, a verdade é que o Município de Chaves não é acionista, em sentido estrito. -----

3. Em bom rigor, a acionista é a "Flavifomento" e não o Município de Chaves, não obstante este último deter controlo indireto na gestão da empresa. -----

4. Neste contexto, o processo de dissolução da "MARC, S.A.", e consequente internalização da sua atividade nos serviços do Município de Chaves poderá ser efetuado através de três vias diferentes. -----

5. Atenda-se, contudo, que, por força do disposto no artigo 61º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a dissolução da empresa "MARC, SA.", carece da intervenção do órgão executivo e deliberativo do Município de Chaves, independentemente de quem dê início ao procedimento de dissolução. -----

a) Da iniciativa da associação "Flavifomento" -----

1. Ao abrigo do artigo 4º, do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, e na qualidade de acionista maioritária, a associação "Flavifomento" dá início ao procedimento de dissolução, diretamente ou através de

deliberação da assembleia geral da sociedade, dado que detém 91% do capital social da mesma. -----

2. Paralelamente, o município de Chaves procede à internalização da atividade desenvolvida pela sociedade "MARC. S.A." nos seus serviços. -----

b) Da iniciativa do Município de Chaves-----

O Município de Chaves poderá despoletar o procedimento de dissolução, através de duas vias diferentes, a saber: -----

i) Da via voluntária -----

Nesta hipótese, o Município de Chaves, detendo a maioria de votos na Associação "Flavifomento", promove deliberação, em sede da assembleia geral de associados, no sentido de dar início ao procedimento de dissolução da empresa "MARC. SA.". -----
Por sua vez, a "Flavifomento" dá início ao procedimento de dissolução da empresa local nos termos previstos na alínea anterior.

ii) Da via oficiosa -----

Em última análise, caso se verifique que a entidade comercial ou os seus membros não iniciam o procedimento de dissolução da empresa, e considerando que a dissolução resulta de imposição legal, o Município sempre poderá comunicar ao conservador responsável o preenchimento de uma das causas de dissolução previstas no n.º 1, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em vista a que o mesmo promova o início oficioso do procedimento de dissolução, nos termos do disposto no artigo 5º, do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, salvaguardando, desta forma, as cominações previstas no artigo 67º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

c) Da iniciativa da entidade comercial -----

1. Da análise do disposto no artigo 4º, do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, verifica-se que a entidade comercial pode dar início ao procedimento de dissolução, através de requerimento escrito e subscrito pelos competentes órgãos sociais. -----

2. Saliente-se, aqui, que de acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 4º, do retrocitado regime legal, a apresentação do requerimento por outro interessado que não a entidade comercial implica que a liquidação se faça por via administrativa. -----

VIII - Da competência dos órgãos municipais -----

1. O artigo 61º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, dispõe, expressamente, que "a dissolução, transformação, integração, fusão ou internalização das empresas locais depende da prévia deliberação dos órgãos da entidade pública participantes competentes para a sua constituição, a quem incumbe definir os termos da liquidação do respetivo património, nos casos em que tal suceda. -----

2. Ora, nos termos do artigo 22º, da retrocitada Lei, a constituição das empresas locais ou a aquisição de participações que confirmam uma influência dominante, é competência do órgão deliberativo da entidade pública participantes (município), sob proposta do respetivo órgão executivo. -----

3. Também, sobre esta matéria, importa referir que de acordo com o disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e ulteriores alterações, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o município, nos termos da lei, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas

privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e, se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação. -----

4. Partindo das retrocitadas disposições legais, rápido se poderá concluir que a dissolução da empresa "MARC. SA.", carece da intervenção do órgão executivo e deliberativo do Município de Chaves, independentemente de quem dê início ao procedimento de dissolução. -----

5. O mesmo raciocínio prevalece para a internalização da atividade desenvolvida pela sociedade "MARC.SA." nos serviços municipais. ----

IX - Do incumprimento da obrigação de promover a dissolução -----

1. Nos termos do artigo 67º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o incumprimento do dever de dissolução é comunicado pela Direção-Geral das Autarquias locais à Inspeção-geral de Finanças, para efeitos do exercício da tutela administrativa e financeira e, sendo caso disso, a fim de esta requerer a dissolução oficiosa da empresa em causa. -----

2. Neste contexto, torna-se imperiosa a necessidade de tomar medidas que evitem hipotéticos cenários de inação, pelo que se julga, salvo melhor opinião, que após as deliberações dos órgãos executivo e deliberativo municipais, o Município deverá encetar de imediato e liderar as diligências necessárias para despoletar o procedimento de dissolução da empresa "MARC. SA.".-----

X - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Numa primeira fase, e dado que a sociedade "MARC. SA.", se encontra em situação que impõe a sua dissolução, conforme o preceituado no n.º 1, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, deverá o órgão executivo tomar deliberação no sentido de ser dado início ao processo de dissolução da empresa "MARC. SA", o qual deverá ser acompanhado do respetivo processo de internalização das atividades desenvolvidas pela "MARC. SA" nos serviços do Município, ao abrigo da faculdade prevista no artigo 65º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; -----

b) Sequencialmente deverá o presente assunto ser agendado para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o presente mês de dezembro, para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto no artigo 61º, do mesmo diploma legal; -----

c) Em vista a garantir que a deliberação que determine o início do processo de dissolução da empresa "MARC. SA" é executada, e dado que o Município de Chaves não é acionista direto da mesma, dever-se-á comunicar o teor da deliberação que vier a ser tomada, sobre a matéria, à sociedade "MARC. SA.", em vista a que tal entidade comercial dê início ao procedimento de dissolução²⁸, por força do n.º 1, do artigo 62, da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto²⁹; -----

²⁸ Caso tal desiderato não seja alcançado, e uma vez que o Município detém a maioria de votos na Associação "Flavifomento", poderá adotar uma das duas seguintes estratégias: -----

a) Promove deliberação, em sede da assembleia geral de associados, no sentido de que a associação dê início ao procedimento de dissolução da empresa "MARC. SA.". Por sua vez, a "Flavifomento", enquanto acionista maioritária da "MARC. SA." poderá dar início ao procedimento de dissolução da empresa local, seja por iniciativa

- d) Por força do disposto no n.º 2, do artigo 61º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, compete aos órgãos municipais definir os termos da liquidação do património da empresa a dissolver, nos casos em que tal suceda³⁰; -----
- e) Caso o património da empresa, após ter sido executado, não for suficiente para liquidar todas as dívidas da mesma, então tais dívidas deverão ser assumidas pelo Município³¹; -----
- f) Considerando que, na presente data, não é possível quantificar os encargos que poderão advir para o município na sequência do processo de dissolução e internalização da atividade da empresa "MARC. SA.", logo que tais encargos se encontrem determinados deverá o presente assunto ser novamente submetido aos órgãos municipais competentes, conjuntamente com plano de liquidação da sociedade, contas à data da liquidação e toda a documentação que vier a ser produzida sobre a matéria pelos órgãos sociais da mesma; -----
- g) Caso se verifique tal situação, e dado que tal desiderato implicará, necessariamente, a assunção de encargos financeiros, dever-se-á observar o regime previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que "Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas", bem como submeter tal operação ao visto prévio do tribunal de contas; --
- h) A deliberação definitiva que vier a ser tomada sobre a dissolução da empresa "MARC. SA." e sobre a internalização das atividades da empresa, deverá ser acompanhada, por força do disposto do n.º 12, do artigo 62º, da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, dos seguintes elementos, a saber: -----
- i) Definição das atividades a integrar ou a internalizar; -----
- ii) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, -----

própria, seja através da entidade comercial, tudo nos termos do artigo 4º, do Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março; -----

b) Caso se verifique que a entidade comercial ou os seus membros não iniciam o procedimento de dissolução da empresa, e considerando que a dissolução resulta de imposição legal, o Município sempre poderá comunicar ao conservador responsável o preenchimento de uma das causas de dissolução previstas no n.º 1, do artigo 62º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em vista a que o mesmo promova o início officioso do procedimento de dissolução, nos termos do disposto no artigo 5º, do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, salvaguardando, desta forma, as cominações previstas no artigo 67º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

²⁹ O processo de dissolução obedece ao Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, em especial ao contemplado no seu artigo 4º. -----

³⁰ Sobre esta matéria, o n.º 2, do artigo 19º, dos Estatutos da sociedade "MARC. SA" prevê que a assembleia geral que deliberar a liquidação, que será extrajudicial, regulamentará a mesma e nomeará os liquidatários que, salvo deliberação em contrário, serão os membros em exercício do conselho de administração da sociedade -----

³¹ Vejam-se as considerações formuladas no capítulo IV, da presente Informação. -----

identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias.

iii) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que «Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas».

i) Por último, em vista a dar cumprimento ao quadro legal em vigor, dever-se-á consagrar, com total objetividade e transparência, nos instrumentos de gestão financeira e respetivas contas da Autarquia, de todos os encargos decorrentes da assunção, pelo Município, das dívidas da dita sociedade, nos termos anteriormente configurados.

Chaves, 10 de dezembro de 2012.

O Presidente da Câmara

(Dr. João Batista)

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Sobre este assunto, o Vereador do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração:

"Nada para que o PS não tenha alertado em devido tempo. Agora, o município internaliza o serviço e assume a dívida! Bravo, quanto a dívida é sempre a acrescentar. É bem o espelho de tudo que resulta da gestão deste executivo".

Seguidamente, e em resposta à Declaração apresentada pelo Vereador do Partido Socialista, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários:

"Com o início do procedimento de dissolução da Empresa "MARC, SA" o Município limita-se a cumprir, nessa matéria, a Lei, atualmente, em vigor, assumindo, no âmbito de tal processo, quer os ativos, quer os passivos da sociedade, estratégia de atuação que não pode ser dissociada da internalização dos serviços que vinham sendo prestados pela mesma. Acrescente-se que os ativos são o dobro do passivo. Além disso, no MARC, foram criados perto de cem empregos pelos operadores que nele estão instalados e pagam as respetivas rendas, de acordo com o regulamento em vigor."

3. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE "FLAVIAEDESORTO - PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES, S.A." PROPOSTA N.º. 125/GAPV/2012

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.

I - Razões de ordem.

1. A "FLAVIAEDESORTO - PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES, S.A.", é uma sociedade comercial de direito privado constituída em 27/01/2009, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal tomada no seguimento do procedimento adjudicatório subsequente ao lançamento do concurso público designado por "Procedimento para a selecção de parceiro privado para participar com o Município de Chaves em Sociedade Comercial para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção do Parque Desportivo de Chaves e de todas as infra-estruturas que o compõem", publicado no Diário da república, 2ª série, n.º 143, de 25 de julho de 2008.

2. A sociedade tem por objeto a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e

Executivo Municipal, a urgência na tomada de deliberação, sobre este assunto. -----

Chaves, 17 de dezembro de 2012. -----

O Presidente da Câmara, -----

(Dr. João Batista) -----

Em anexo: O requerimento apresentado pela referida Associação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Eng. Nuno Artur Ferreira Esteves Rodrigues, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

DEU, NOVAMENTE, ENTRADA NA SALA O SENHOR VEREADOR DR. PAULO FRANCISCO TEIXEIRA ALVES, QUANDO ERAM 16H E 30 M. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

